

Empresa criada a partir da Varig deve operar em março

A falência da Varig acarretaria um prejuízo enorme e a ilusão dos empregados de que receberiam algo com a decretação. A conclusão é do juiz que comandou o processo de recuperação da Varig, Luiz Roberto Ayoub, e que chega ao fim em julho. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro fez um balanço, nesta sexta-feira (15/2), das etapas de reestruturação da empresa. Dirigentes da Flex, uma das companhias criadas a partir do processo, previram que em março ela estará pronta para operar.

Ayoub afirmou que não considera a possibilidade de falência. “A esperança é de que a empresa vá decolar”, afirmou. O juiz foi categórico ao afirmar que recuperar a empresa foi a melhor solução. “Aos empregados era a única e melhor decisão”, afirmou.

Já o vice-presidente do TJ, desembargador Sylvio Capanema, explicou que a Lei de Recuperação Judicial não afastou a falência. “É dever do Judiciário preservar as empresas que demonstrem que ainda podem ser salvas”, afirmou. Segundo ele, caso uma empresa mostre que não tem possibilidade de se manter, o Judiciário pode decretar sua falência.

Não foi o caso da Varig. Parte desta foi adquirida pela Gol, que manteve a bandeira da tradicional companhia aérea, mas que se tornou uma nova empresa, a VRG Linhas Aéreas. Segundo o diretor de marketing da VRG, na época em que foi adquirida a empresa tinha dois mil funcionários e pretende alcançar quatro mil até o final do ano. Além disso, eram apenas 18 aeronaves e a previsão é de que chegue a 43. Com a operação da companhia, Ayoub afirmou que, além dos empregos diretos gerados, o governo também se beneficiou com os mais de R\$ 83 milhões pagos em tributos e encargos.

O gestor da Flex, comandante Miguel Dau, prevê que a nova companhia passará a funcionar em março. A empresa possui cerca de 300 funcionários que trabalharão na própria companhia, em um centro de treinamento e estações de rádio. Por enquanto, há apenas uma aeronave que será utilizada para fretamentos. Quanto aos investimentos, faltam aproximadamente R\$ 50 milhões para que a empresa atinja o plano de negócios e inclua operações regulares. O dinheiro viria das ações judiciais. Dau diz que as coisas vão mudar quando a empresa começar, de fato, a voar.

Date Created

15/02/2008